

# O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO ESCOLAR EM COMUNIDADES INDÍGENAS KAINGANG E GUARANI NO PARANÁ

ROSÂNGELA CÉLIA FAUSTINO - UEM

MARIA SIMONE JACOMINI NOVAK - UEM

KEROS GUSTAVO MILESKI - UEM

PAULO CALDAS RIBEIRO RAMON - UEM

VANESSA DE SOUZA LANÇA - UEM

MARIANA MENDONÇA BERNARDINO - UEM

# 6

## GÊNERO E POPULAÇÕES ESPECÍFICAS

# O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO ESCOLAR EM COMUNIDADES INDÍGENAS KAINGANG E GUARANI NO PARANÁ

ROSÂNGELA CÉLIA FAUSTINO - UEM

MARIA SIMONE JACOMINI NOVAK - UEM

KEROS GUSTAVO MILESKI - UEM

PAULO CALDAS RIBEIRO RAMON - UEM

VANESSA DE SOUZA LANÇA - UEM

MARIANA MENDONÇA BERNARDINO - UEM

## Resumo

---

Este texto apresenta os resultados da pesquisa *O impacto do Programa Bolsa Família na melhoria do acesso à educação e aprendizagem em comunidades indígenas no Estado do Paraná*, desenvolvida pelo LAEE / Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, em quatro Terras Indígenas (TIs) habitadas pelas etnias Kaingang e Guarani. Discute a condição dos indígenas no Estado do Paraná, a situação escolar, as políticas públicas e o acesso ao Programa Bolsa Família. A metodologia pautou-se pela abordagem qualitativa com aplicação de questionário socioeducacional, entrevistas semidirigidas e análise de documentos provenientes das políticas públicas destinadas às populações vulneráveis e minorias étnicas. Os resultados demonstraram baixa formação escolar de jovens e adultos indígenas, dificuldade das comunidades em desenvolver práticas tradicionais de sustentabilidade, como o artesanato e as roças comunitárias, devido à escassez de matérias-primas e insuficiência de terra, bem como, dificuldades de acesso a empregos e renda. Diante da situação de exclusão em que vivem os Kaingang e Guarani nas TIs do Paraná, o Programa Bolsa Família tem proporcionado aos indígenas a aquisição de bens de primeiras necessidades e maior ingresso e permanência das crianças na escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** COMUNIDADES INDÍGENAS. BOLSA FAMÍLIA. ACESSO À ESCOLA

---

O PROGRAMA BOLSA  
FAMÍLIA E O ACESSO À  
EDUCAÇÃO ESCOLAR  
EM COMUNIDADES  
INDÍGENAS KAINGANG E  
GUARANI NO PARANÁ

## INTRODUÇÃO

---

O Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações - LAEE / Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, desde 1997, desenvolve projetos junto aos povos indígenas no Paraná. Com característica interdisciplinar, abrange pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento por meio de pesquisas qualitativo-quantitativas, bibliográfico-documentais e de campo, bem como projetos de extensão, sociais e pedagógicos em diferentes TIs no Paraná.

A população indígena no Estado está estimada em mais de 25.000 (vinte e cinco mil pessoas) sendo que destas, cerca de 15.000 (quinze mil, vive em Terras Indígenas e os demais nas cidades (BRASIL, 2011; ISA, 2008). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no documento Tendências Demográficas: uma análise dos indígenas, informa serem 32.000 os indígenas do estado. Tal divergência possivelmente seja oriunda de categorizações, pois a Fundação Nacional do Índio – FUNAI trabalha com dados dos indígenas residentes nas TIs, enquanto o ISA e o IBGE contabilizam indígenas autodeclarados, incluindo os que não residem permanentemente nas TIs.

Esta população abrange três etnias diferentes, os Guarani, os Kaingang e os Xetá, vivendo em 30 TIs, demarcadas, retomadas ou em processo de demarcação. A Funai se mantém como órgão do Governo Federal responsável pelas políticas públicas indigenistas principalmente voltadas à questão de terras. A partir da implementação da Lei n.º 8.080, de 1990 (BRASIL, 1990) a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) foi responsabilizada pela saúde indígena até meados de 2011, quando reformulações estruturais resultaram na criação do Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), também responsável pela saúde, mas implementada pelo Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM)<sup>1</sup>.

A pesquisa foi desenvolvida em duas TIs Kaingang do Vale do rio Ivaí e duas TIs Guarani Nhandewa, no Norte do Paraná. A população total abrangida está estimada em cerca de 2.427 (duas mil quatrocentas e vinte e sete) pessoas. Os indígenas habitantes da TI Ivaí, no município de Manoel Ribas - PR, e TI Faxinal, no município de Cândido de Abreu - PR, são da etnia Kaingang, cujo somatório da população é de cerca de 2.039 (duas mil e trinta e nove) pessoas, todos falantes da língua indígena kaingang, sendo que jovens e adultos têm maior domínio da língua portuguesa do que crianças e idosos. O uso da norma culta da língua portuguesa, oral e escrita é praticamente inexistente, inclusive entre os que frequentam a escola.

O povo Kaingang pertence ao tronco linguístico Jê<sup>2</sup>, sendo referido também como Jê do Sul, e é o mais numeroso povo indígena do Brasil Meridional, incluindo-se entre as cinco etnias com maior contingente populacional no Brasil na atualidade e sendo também um dos maiores grupos falantes da língua indígena no Brasil.

1 A ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA (SPDM), ENTIDADE PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS, EXECUTA AÇÕES COMPLEMENTARES, GOZANDO DA CONDIÇÃO DE CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS), VENCEDORA DE CHAMAMENTO PÚBLICO, EDITAL Nº 01/2011, PROPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM FACE DE MINISTÉRIO DA SAÚDE – SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA. DISPONÍVEL EM <[HTTP://CCR6.PGR.MPF.GOV.BR/ATUACAO-DO-MPF/ACAO-CIVIL-PUBLIVA/DOCS\\_CLASSIFICACAO\\_TEMATICA/ACAO-CIVIL-PUBLICA-PR-DF-DE-05-DE-OUTUBRO-DE-2011](http://CCR6.PGR.MPF.GOV.BR/ATUACAO-DO-MPF/ACAO-CIVIL-PUBLIVA/DOCS_CLASSIFICACAO_TEMATICA/ACAO-CIVIL-PUBLICA-PR-DF-DE-05-DE-OUTUBRO-DE-2011)> ACESSO: 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

2 CONFORME QUADRO DE AYRON RODRIGUES FAZEM PARTE DO GRUPO MACRO-JÊ OS GRUPOS XAVANTE, KAYAPÓ, TIMBIRA, PANARÁ XAKRIABÁ, XERENTE, KAINGANG, PANARÁ, KARAJÁ, KARIRI, MAXACALI .

Vivem em áreas demarcadas, as Terras Indígenas (TIs), distribuídas nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, havendo ainda aqueles que vivem fora das terras, nas periferias de centros urbanos ou em zonas rurais destes estados. No Paraná há aldeias urbanas sendo criadas por grupos antes dispersos, que agora, com os direitos adquiridos a partir da Constituição de 1988, buscam uma reorganização sociocultural e espacial.

Os Guarani Nhandewa pertencem aos grupos Tupi-Guarani, do tronco linguístico Tupi<sup>3</sup>. Foram praticamente dizimados, devido à expropriação e ocupação das terras da região do Norte do Paraná por companhias exploradoras de capital privado. Nesse processo perderam a língua indígena como língua materna. Apenas alguns poucos velhos são falantes da língua guarani e os professores indígenas trabalham em sua revitalização via escola. Atualmente, os Guarani que habitam o Norte do Paraná ocupam duas terras já demarcadas, a TI Laranjinha, localizada no município de Santa Amélia-PR e a TI Pinhalzinho, localizada no município de Tomazina - PR, lutam para recuperar uma parte (TI Iwy Porã), antiga extensão da TI Laranjinha da qual foram expulsos nos de 1960 por fazendeiros da região. Os grupos habitantes das TIs Laranjinha e Pinhalzinho somam aproximadamente 388 (trezentos e oitenta e oito) pessoas, que vivem de pequenas roças familiares, produção de artesanato e empregos temporários. Do ponto de vista da cultura, vários grupos familiares lutam pela revitalização das práticas religiosas e linguísticas.

De forma geral, as terras que lhes foram determinadas, além de não ser suficiente para prover o sustento de todos por meio de roças familiares, tem o solo desgastado, apresentando baixa produtividade. O artesanato, importante fonte de renda das famílias, encontra-se em condição reduzida, devido ao desflorestamento que destruiu as matérias-primas (taquara, sementes, penas, cipós, fibras). Os municípios nos quais estão inseridas as TIs oferecem poucas oportunidades de trabalho. Manoel Ribas possui um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,729, o IDH de Cândido de Abreu é de 0,666, o de Tomazina é de 0,716 e o de Santa Amélia, 0,711, segundo dados do IBGE (2010). Estes estão entre os municípios do Estado com mais baixo IDH, ou seja: maior pobreza e menores condições de renda. Nessas condições, a situação é mais grave para os indígenas que sofrem preconceito tendo dificuldade de qualificação profissional, domínio da língua portuguesa oral e escrita na norma culta, falta de documentação completa e acesso aos meios de transporte adequados.

---

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO ESCOLAR EM COMUNIDADES INDÍGENAS KAINGANG E GUARANI NO PARANÁ

## OBJETIVOS

---

O objetivo principal da presente pesquisa foi identificar e analisar o impacto da política de distribuição de renda na melhoria do acesso a escola; compreender as relações contidas na política de transferência de renda; levantar os usos, os bene-

3 DE ACORDO COM O LINGÜISTA ARYON DALL'IGNA RODRIGUES, OS NHANDEWA, KAIOWA E MBYA FALAM DIALETOS DO IDIOMA GUARANI, FAMÍLIA LINGÜÍSTICA TUPI-GUARANI, TRONCO LINGÜÍSTICO TUPI. NESTE ROL SE INCLUIRIAM TAMBÉM OS POVOS CHIRIGUANO, GUARANI-ÑANDEVA (CHACO PARAGUAIO), ACHE, GUARAYOS E IZOZEÑOS, HABITANTES DA BOLÍVIA E PARAGUAI. UMA VARIANTE DO GUARANI É FALADA PELA POPULAÇÃO (PROVAVELMENTE 90%) NÃO INDÍGENA DO PARAGUAI, PAÍS BILÍNGUE GUARANI/ESPANHOL (ALMEIDA & MURA, 2003).

fícios e as particularidades encontradas no Programa Bolsa Família direcionadas aos indígenas “aldeadas” no Estado do Paraná. Sobretudo, neste artigo buscou-se discutir a situação das comunidades indígenas e apresentar dados coletados ao longo do desenvolvimento do projeto.

## METODOLOGIA

Após seleção e nivelamento da equipe de pesquisa foram realizados levantamentos, estudos teóricos e documentais sobre a questão indígena no Paraná e sobre o Programa Bolsa Família. Na sequência foram realizadas visitas às TIs e reuniões comunitárias para explicação dos objetivos da pesquisa e solicitação de Termo de Anuência dos caciques e lideranças comunitárias.

Foram feitas visitas ao posto da Funai – Fundação Nacional do Índio – para apresentação do projeto aos técnicos responsáveis pelas TIs envolvidas e comunicação sobre o pedido de autorização da pesquisa. Em visitas às unidades de saúde e escolas situadas nas TIs, enfermeiros, equipes pedagógicas, professores, agentes indígenas de saúde e demais servidores que atuam nas instituições foi informado sobre a pesquisa a ser desenvolvida e solicitado o apoio dos entes governamentais.

Os instrumentos de coleta de dados (questionário estruturado e roteiro de entrevistas dirigidas) foram elaborados e testados entre famílias indígenas beneficiárias nas TIs após os Termos de Anuência.

O questionário foi composto de 21 questões e contemplou identificação da TI, etnia, residência, número de filhos e dependentes, frequência à escola, uso da língua indígena, atividade principal e outras questões socioeconômicas e educativas. Com base nos levantamentos (Tabela 3), foi possível realizar um planejamento do número de questionários a serem aplicados. O questionário foi testado primeiramente na TI Faxinal e Laranjinha, e após os ajustes necessários, aplicado às demais TIs em um período de seis meses, com visitas semanais. Foram realizados levantamentos em bases de dados e sites governamentais (FUNASA, Dia a Dia da Educação-PR). Em seguida procedeu-se à sistematização e análise dos dados no LAEE / Laboratório de Pesquisa, com vistas à criação de um banco de dados e à elaboração de relatórios.

**Tabela 1 – Número de famílias nas TIs estimando-se o número a ser pesquisado**

TERRA INDÍGENA:	FAMÍLIAS		
	FAMÍLIAS/FUNASA	CADASTRADAS	BENEFICIÁRIAS
FAXINAL	156		22
IVAÍ	308	274	251
LARANJINHA	51	61	40
PINHALZINHO	57	29	20

FONTE: DADOS COLETADOS NO SITE DO MDS (FEV. DE 2011) E FUNASA (FEV. DE 2011).

O trabalho de campo realizou também um levantamento documental em livros de matrícula das unidades escolares situadas nas TIs, abrangendo entrevista com a equipe pedagógica e direção das escolas. A pesquisa de campo extrapolou o âmbito das TIs e estendeu-se aos principais locais de comércio frequentados pelos indígenas nos municípios do entorno, para um levantamento dos produtos consumidos pelas famílias beneficiárias do Programa.

As informações coletadas em campo foram sistematizadas e passaram a compor um banco de dados, utilizando-se o programa Microsoft Access 2010. A elaboração de um quadro geral revela o trabalho realizado. Das 431 famílias Kaingang cadastradas no CadÚnico recebem o benefício, ao todo, 347 famílias, das quais foram entrevistadas 210 famílias. Das 87 famílias Guarani cadastradas, apenas 50 são beneficiárias. Ao todo, foram entrevistadas 49 famílias.

**Tabela 4 – Número de famílias beneficiárias por TI**

TERRA INDÍGENA	FAMÍLIAS			
	FAMÍLIAS/FUNASA	CADASTRADAS	BENEFICIÁRIAS	ENTREVISTADAS
FAXINAL	156	145	101	66
Ivaí	316	286	246	144
LARANJINHA	51	58	28	25
PINHALZINHO	57	29	22	24

DADOS COLETADOS NO SITE DO MDS (Nov. 2011) E DADOS DA PESQUISA DE CAMPO (2011).

Buscou-se confrontar dados e observar se há perda do benefício por parte de famílias indígenas e assim elencar elementos que pudessem apontar a relação entre a condicionalidade (de frequência às escolas) e os movimentos (mobilidade social), trabalho no artesanato e empregos temporários destas populações.

## Resultados e discussão

### OS KAINGANG DAS TIS FAXINAL E IVAÍ

Sobre a presença dos grupos Kaingang no Vale do Ivaí, Mota (2003) evidencia que está relacionada com a expansão das fazendas de gado nos Campos Gerais e na região de Guarapuava - PR, ocorrida desde o início do século XIX. Este processo impeliu os Kaingang a se instalarem nas matas das serras do vale do rio Ivaí, onde passaram a sofrer a pressão das populações não índias que lá habitavam. A partir do século XIX, os registros históricos disponíveis documentam a estratégia reivindicatória para manutenção de seus territórios junto ao Estado.

Mota (2009) assim descreve o processo migratório ocorrido nos séculos XIX e XX, de mineiros, nordestinos e paulistas para o Estado do Paraná, como uma clara expansão capitalista com o intuito de explorar as terras férteis do Norte e Oeste paranaense:

A frente cafeicultora no Paraná pode ser vista como uma frente capitalista competitiva, e não como uma “frente pioneira”, pois admitindo que pioneiro é o que vai adiante,

é o que abre caminho, o lavrador e o pequeno proprietário são pioneiros; na estrutura em estudo, porém, não coube ao lavrador a decisão de migrar: os fluxos foram determinados pelo movimento do capital, ou seja, a frente capitalista, ao fazer a prévia ocupação dos espaços "vazios" por grandes propriedades, antes que lá chegassem os lavradores e os pequenos proprietários, cumpriu o pioneirismo (MOTA 2009 p. 52)

Na ocupação, limpeza (derrubada da mata, extermínio ou expulsão das populações que habitavam os territórios paranaenses) e venda da terra a proprietários privados, houve uma série de conflitos com os grupos indígenas, que não aceitavam passivamente a perda de seu espaço de sobrevivência, ou seja, seus territórios.

Conforme Tommasino e Fernandes, em texto elaborado para o Instituto Socio-ambiental (ISA, 2003), evidencia-se que o contato dos indígenas Kaingang com a sociedade envolvente efetivou-se no século XIX, quando os primeiros chefes políticos tradicionais, sem ter outras saídas, fizeram algumas alianças com os conquistadores e ficaram conhecidos como capitães. Os autores afirmam que esses capitães foram fundamentais na pacificação dos demais grupos arredios vencidos e aldeados entre 1840 e 1930.

Os conflitos e as estratégias de negociação levaram o Poder Público a atender parte das reivindicações dos grupos Kaingang. O Governo do Paraná decretou, por meio da Lei n.º 853/1909, que uma porção de terras na margem direita do rio Ivaí ficaria reservada aos indígenas. O art. 1º da citada lei assim determinava: "O governo do Estado fará medir e demarcar as áreas de terras reservadas em tempos aos índios, em vários pontos do Estado, por decreto do executivo" (MOTA, 2003, p. 93); entretanto, os estudos de Mota e Novak (2010) sobre a questão territorial no Estado do Paraná apontam que estes mesmos territórios sofreram nova alteração em 1949, devido a um acordo entre a União e o Governo do Estado, da qual resultou outra redução significativa dos territórios indígenas em quase todo o Paraná.

Essa demarcação deu origem às TIs Ivaí e Faxinal, localizadas na região central do Estado do Paraná, mais precisamente, nos municípios de Manoel Ribas e Cândido de Abreu, respectivamente. A primeira, com uma área de 7.306 hectares e uma população estimada de 1.420 (um mil quatrocentos e vinte) pessoas, composta por 308 (trezentas e oito) famílias (FUNASA, 2010), teve a sua homologação e regularização em 1991; e a TI Faxinal, que possui uma área de 2.043 hectares e um população estimada de 619 pessoas, divididas em 156 famílias (FUNASA, 2010), também teve sua homologação e regularização em 1991.

Tradicionalmente, os Kaingang viviam da caça, pesca e coleta e faziam um complexo manejo ecológico de seus territórios, de forma que a alimentação era farta o ano todo. Para tanto, tinham um amplo conhecimento sobre a sazonalidade. Conheciam as florestas, os animais, os rios e diferentes tipos de peixes, elaboravam armadilhas de pesca (a mais conhecida é o *pari*), e a quantidade de peixes adquiridos era suficiente para alimentar um grupo familiar extenso. Conheciam diversos tipos de abelhas e seus hábitos, tinham sofisticadas técnicas de encontrar as colmeias e retirar o mel.

Quando a gente sai pescar observa na beira do rio ou banhado as abelhas sentadas, aí uma voa e volta sentando no mesmo lugar. Quando uma voa reto, plainando as asas para subir ela irá para onde está o enxame então ficamos sabendo onde tem o mel. (relato do professor indígena Alexandre Krenkag Farias, TI Faxinal).

Em relação ao pinhão, uma das principais fontes tradicionais de alimento dos grupos no Paraná, os Kaingang tinham sofisticadas formas de coleta, preparação (sopa, farofa, bolo, pinhão sapecado, etc.) e conservação.

O pinhão é um dos principais alimentos dos Kaingang. Chegando seu tempo vamos ao mato, limpamos embaixo do pé, aí cortamos uma árvore comprida pegamos feixes de taquara e uma taquara bem comprida. Com a árvore comprida fazemos uma escora no pé de pinhão e vamos fazendo um tipo de argola com as taquaras e amarrando bem firme no pinheiro e no pau da árvore cortada até chegar lá em cima. Uma pessoa que está em baixo alcança a taquara comprida que ele vai usar para bater nas cabeças de pinhão. Quando estas estiverem no chão aqueles que estão embaixo vão empilhando. Quando termina a coleta todos pegam uns paus de mais ou menos 50 centímetros e vão batendo até partir no meio. Os que ficam do lado vão escolhendo o pinhão e pondo nos balaios. (Relato do cacique Pedro Rej Rej Lucas, TI Faxinal).

Nas roças familiares – de toco - cultivavam milho, feijão, batata-doce, abóboras, mandioca e outros vegetais. Após a colheita, os restos destas roças atraíam animais (pacas, catetos, tatus, codornas, jaús, nambus, jacus e outros), que eram caçados em armadilhas por eles elaboradas. Com o aldeamento esses processos de trabalho coletivo repleto de regras sociais, se perderam em grande parte, devido à restrição da terra e destruição da fauna circundante.

A organização Kaingang permitia-lhes uma existência autônoma, e seus conhecimentos, em todas as áreas, garantiam-lhes o enfrentamento e as soluções de todos os problemas.

Quando a criança indígena ficava doente, os parentes mais próximos falavam para os mais velhos da família. Sem dizer nada, o velho levantava, saía e ia ao mato buscar o remédio. Às vezes ele preparava o remédio na mata mesmo ou trazia em brotinhos, já amarrados na mão. Chegando a casa colocava na água ou aplicava direto onde estava a dor. Os velhos não contam para todo mundo os nomes dos remédios e nem para quais doenças servem, pois se contarem o remédio perde a força e não cura mais. Chega uma hora que a pessoa velha vai contar para a pessoa certa e só para ele, dando conselho para não contar para os outros. (relato do professor indígena Alexandre Krenkag Farias, TI Faxinal)

Inúmeros são os relatos orais, a literatura e os documentos que evidenciam o conhecimento dos povos indígenas e capacidade de viver com autonomia. Parte desse material foi sistematizada por estudiosos da área, tais como Mota (1998, 2003, 2009), Tommasino (1995), Fernandes, R.C. (2003), Fernandes, L. (1941) entre outros, no entanto grande parte de todo esse conhecimento foi inviabilizado pela destruição ambiental, que poluiu rios e dizimou muitas espécies animais e vegetais colocando os indígenas para viverem na dependência do poder público.

## **OS GUARANI DAS TIS LARANJINHA E PINHALZINHO**

Os Guarani dividem-se em três grupos: os Nhandewa, os Kaiowa e os M'bya. A procedência do grupo Nhandewa do Paraná é diversificada. MOTA (2003), TOMMASINO (1995) e ALMEIDA (1981) demonstram que os grupos possuem antecedentes relacionados: 1) com remanescentes dos grupos reduzidos pelos jesuítas, nas missões, nos séculos XVI e XVII, os quais, depois da destruição destas, ficaram dispersos nas florestas da região; 2) com os Kaiowa, que foram trazidos por funcionários do Império para a Província do Paraná a partir de 1852, sendo alocados nos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e Santo Inácio; 3) com os Nhandewa originários do Mato Grosso e Paraguai, que tentavam chegar ao litoral e acabaram fixando-se ali; e 4) com os Guarani dos vários grupos que foram aldeados por Curt Nimuendaju no Posto Indígena Araribá, no Estado de São Paulo, nos anos de 1912/1913 e trazidos para a TI Laranjinha - PR no período de 1930 e 1940.

As terras demarcadas para os Guarani, com as invasões de fazendeiros, passaram por um processo de redimensionamento, demonstrando que as terras reservadas pelo governo às populações indígenas no início do século XX sofreram contínuas diminuições (MOTA 2003). As TIs Laranjinha e Pinhalzinho situam-se às margens do Rio das Cinzas e do Laranjinha. O território (*Tekohá*) ocupado por essa etnia é fundamental para sua forma de organização, o (*Teko*). Almeida e Mura (2003) afirmam que o *Tekohá* (a terra, mato, campo, águas, animais e plantas) é o lugar físico onde se realiza a vida guarani, sendo esse o lugar/espço das relações familiares, atividades religiosas e de trabalho. Tradicionalmente, o *Tekohá* deve ser um lugar que reúna condições físicas (geográficas e ecológicas) e estratégicas que permitam compor, a partir da relação entre famílias extensas, uma unidade político-religioso-territorial.

Com o aldeamento, segundo Almeida e Mura (2003), houve uma interrupção da continuidade territorial na qual se dava a organização sociocultural Guarani, pois agora estão reunidos em uma pequena parcela de terra cujo entorno está totalmente devastado. Assim, os Guarani das TIs Laranjinha e Pinhalzinho não podem mais viver como seus antepassados, quando manejavam extensas áreas para a execução de suas atividades agrícolas, utilização do sistema de rotação de roças – manejo ecológico – para a produção de alimentos, a caça e coleta. Na impossibilidade de reproduzir seu sistema de reciprocidade, deixaram de usar sua língua materna e, junto com ela, boa parte de seus conhecimentos e tradições.

Com relação aos indígenas da TI Laranjinha (cerca de 234 pessoas), que vivem em uma área restrita de 284 (duzentos e oitenta e quatro) hectares – a cidade mais próxima é Santa Amélia, um pequeno município de quatro mil habitantes, com um dos piores IDHs do estado, oferecendo, assim, reduzidas oportunidades de tra-

balho e renda a seus habitantes. Já a TI Pinhalzinho tem uma população de habitantes e 57 famílias, com uma área demarcada de 593 (quinhentos e noventa e três) ha, nas proximidades da cidade de Tomazina – PR, que também tem um baixo IDH. Desta forma, os indígenas Guarani vivem muitas dificuldades, que geram tensões constantes, causadas principalmente pela disputa dos poucos empregos existentes na área e pelo acesso às roças, que não são suficientes para todas as famílias.

Nestas TIs, cerca de 50% das famílias (aquelas cujos membros têm um emprego com remuneração fixa ou aposentadoria) têm alimentação diária e melhores condições de vida; mas as famílias que dependem exclusivamente dos recursos oferecidos pela terra enfrentam uma situação de muita pobreza e privações, pois ainda que consigam produzir os alimentos básicos (arroz, feijão, mandioca, abóbora), quando recebem as sementes a tempo de fazer o plantio nas devidas estações, não têm como comprar os demais produtos que precisam (óleo, café, açúcar, sabão, roupas, calçados, etc.).

É drástica a devastação ambiental produziu grande desgaste do solo e não existem no entorno dessas terras áreas de matas nativas preservadas, com exceção de alguns poucos hectares preservados dentro da própria aldeia. Com a floresta destruída, as espécies da flora utilizadas para artesanato e medicamento desapareceram. Na pequena mata (cerca de dez alqueires) preservada na TI vivem alguns animais, como tatu, porco-do-mato, capivara e jaguatirica, alguns pássaros, cuja caça é regulamentada e cada vez mais escassa, porém suas carnes são as fontes de proteína de algumas famílias.

A devastação ambiental do entorno acabou com os animais sagrados com os quais os antigos rezadores se comunicavam nos sonhos para receber informações, avisos e ensinamentos. Com a perda da língua, ocorrida gradativamente desde meados de 1940 (FAUSTINO 2006), os valores sagrados, transmitidos por meio da palavra foram sendo substituídos por novos valores, veiculados pela língua portuguesa, pelos meios de comunicação de massa (rádio e televisão), alterando sobremaneira sua forma de ver e entender o mundo.

Estes elementos, somados às dificuldades de subsistência, cada vez mais têm levado, principalmente os jovens, a sofrerem pela falta de perspectivas de futuro, que para eles se apresenta muito incerto. Conforme demonstra um estudo realizado sobre os jovens indígenas,

O forte desejo de consumo de produtos industrializados, estimulado pela mídia que chega cada vez mais aos jovens indígenas por meio de rádios e televisão; disputas internas, adultérios, brigas por motivos torpes, espancamentos, agressões e outras manifestações de violências crônicas geradas pela falta de perspectivas, pelo alcoolismo, grassam as aldeias em seu cotidiano, tornando as pessoas, os jovens particularmente, vulneráveis às alternativas “fáceis” e ilícitas para ganhar dinheiro, ou às “difíceis” como é o caso de muitos que, por falta de uma escolarização mais ampla, de acesso a informações, aceitam condições de trabalho desumanas beirando à escravidão (CIMI, 2007, p. 25).

As dificuldades de sobrevivência enfrentadas pelos grupos, além de ter-lhes causado, em muitas situações, a perda da língua, têm promovido o rompimento dos laços familiares e grupais, afetando as formas nativas de transmissão dos conhecimentos da cultura. Neste sentido, considera-se de suma importância o apoio institucional do governo e das universidades para o fortalecimento das lutas indígenas. Assim, consideramos fundamentais, entre as políticas públicas, as políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, objeto da análise subsequente.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS**

No decorrer da história do Brasil, diferentes políticas indigenistas responderam à situação das populações indígenas, ora visando à guerra, tendo o indígena como inimigo do projeto colonizador, ora buscando a aculturação e integração deste à sociedade envolvente por meio da conversão religiosa e da utilização de sua força de trabalho.

Por orientações dos organismos internacionais como a OIT – Organização do Trabalho (Convenção 107 de 1957 e Convenção 169 de 1989), a legislação brasileira reconheceu os indígenas como cidadãos, tendo sido estas populações incluídas nas políticas públicas desenvolvidas a partir do final dos anos de 1980, no contexto das políticas de inclusão social, respeito e reconhecimento à diferença.

A década de 1970 representou o início de um período de crise estrutural da sociedade capitalista, exigindo do sistema reformas para combater o desemprego e a pobreza extrema de grandes contingentes populacionais em diferentes partes do mundo. Os chamados “anos de ouro do Capital”, oriundos da produção industrial do período do Pós-Guerra (1948-1973), haviam chegado ao fim, e com eles ruiu o estado de bem-estar social<sup>4</sup>. Nesse período as economias centrais (EUA e Inglaterra) adotaram e implementaram reformas neoliberais, como tentativa de salvar a ordem do sistema. É inerente a essa lógica neoliberal, como marcam Mathis, Nascimento e Gomes (2010, p.11),

[...] cortar gastos e desativar programas sociais na perspectiva dos direitos e criar “novos” programas seguindo o princípio da seletividade e da focalização das ações públicas nos segmentos mais necessitados da população, uma vez que a diminuição da pobreza absoluta constitui também uma condição de estabilidade econômica e política.

De acordo com Faustino (2006, p. 131), os documentos emanados dos organismos internacionais evidenciam que as populações indígenas estão entre as mais

4 O ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL (WELFARE STATE), BASEADO NAS IDEIAS DE JOHN MAYNARD KEYNES (1883-1946), CONSTITUIU-SE DE UMA SÉRIE DE MEDIDAS TOMADAS PARA A REVITALIZAÇÃO DO CAPITALISMO. PARA ISTO FOI NECESSÁRIO UM FORTE INVESTIMENTO ESTATAL NA ECONOMIA, INCENTIVANDO AS INDÚSTRIAS DE BASE E DE TRANSFORMAÇÃO, O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, A PERMISSÃO DA SINDICALIZAÇÃO, O ATENDIMENTO ÀS REIVINDICAÇÕES TRABALHISTAS POR MEIO DA ELABORAÇÃO DE LEGISLAÇÕES PROTETORAS DO TRABALHO LIVRE. ACREDITAVAM OS PENSADORES DEFENSORES DESSA INTERVENÇÃO QUE COM O INCENTIVO AO CONSUMO SE ESTIMULA A PRODUÇÃO. (FAUSTINO, 2006; NETTO E BRAZ, 2007).

pobres do mundo. Esta conclusão também está presente em alguns documentos da política educacional dos anos de 1990, voltada à educação intercultural e às estratégias do Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas, da Unesco e outros, para justificar a necessidade de intervenção e investimentos (decorrentes de empréstimos) que visam atacar e aliviar a pobreza extrema no contexto atual. Nesse momento foram estimulados projetos de desenvolvimento destinados aos grupos vulneráveis e inclusão desses grupos nas demais políticas públicas.

Ao apresentarem uma revisão das concepções de necessidade e renda mínima, Mathis, Nascimento e Gomes (2010) salientam a contribuição de Marx, pensador do século XIX que, juntamente com Engels, formulou o materialismo histórico, analisou o processo de expropriação/privatização da terra e exploração capitalista que leva à miséria de grandes contingentes humanos em todas as partes do mundo. A partir desse referencial os autores mostram a preocupação do sistema capitalista, representado por organismos internacionais como o Banco Mundial, no início dos anos 1990 e ao longo das duas últimas décadas, é aliviar a pobreza extrema através de programas que ampliem o acesso dos pobres aos serviços básicos de infraestrutura e criem condições para a geração de renda familiar.

No Brasil, país periférico do sistema (ARRIGHI, 1997), as políticas de redistribuição de renda se justificam pelos altos índices de concentração de renda. Em um breve percurso de Gini (medida variável de 0 a 1 que calcula a distribuição de renda: quanto mais próxima a 0, menor a concentração de renda), podemos observar na tabela abaixo como esse índice se configura ao longo das décadas finais do século XX.

**Tabela 2 – Coeficiente de Gini brasileiro**

1970	1980	1988	1989	1990
0,574	0,590	0,600	0,630	0,610

Fonte: IBGE 2011

Dados de 2009 trazem um coeficiente de Gini de 0,518 (IBGE, 2010). Já o Paraná possuía um Gini Estatal de 0,770 no ano de 2006. Assim, comparado a outros países, o Brasil está entre os dez países que mais acumulam renda, e na esfera estatal o Paraná apresenta um coeficiente alto de concentração de renda.

**Tabela 3 – Coeficiente de Gini paranaense**

1985	1995	2006
0,749	0,741	0,770

Fonte: IBGE 2006

Ao descreverem os processos econômicos contemporâneos na América Latina, Baer & Maloney (1997) abordam a origem da política neoliberal no final dos anos de 1970, no Chile, ampliada pela classe dominante e seus representantes para todo o continente latino americano ao longo das últimas quatro décadas, consistindo basicamente em uma primazia do setor privado no manejo de recursos públicos. Sob a vigência desta política econômica, a despeito de seu discurso de inclusão social e de reconhecimento da diversidade cultural (FAUSTINO, 2006), para BAER & MALONEY (1997, p. 49), a concentração de renda se mostra alta:

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO ESCOLAR EM COMUNIDADES INDÍGENAS KAINGANG E GUARANI NO PARANÁ

Esses padrões se intensificaram no primeiro centenário após a independência na terceira década do século XIX. O sistema de latifúndio expandiu-se às custas das comunidades nativas, e assim os benefícios do *boom* nas exportações de bens primários, na segunda metade do século, foram em sua maioria concentrados em um pequeno número de proprietários de latifúndios e investidores estrangeiros, nas áreas de minas, utilidades públicas e agricultura.

Após a Constituição de 1988, seguindo as diretrizes internacionais que já apontavam para programas de transferência de renda como forma de combater a pobreza e a vulnerabilidade de grupos e famílias de baixa renda, as políticas de proteção social no Brasil, como apontam Vaintsman et al. (2009), iniciaram um processo que culminaria na criação do Programa Bolsa Família e em uma política de assistência social pautada em direitos.

Conforme Silva (2007), a origem do Bolsa Família ocorreu antes de 2004, ano de sua oficialização. No estudo desta política pode-se destacar, em 1991, o início dos debates sobre as dificuldades das famílias que vivem em extrema pobreza para manter as crianças nas escolas, buscando, por meio de uma política compensatória (remuneração direta), uma política estruturante (manutenção da escolaridade infantil) diretamente ligada à educação. De acordo com SILVA (2007, p. 1.434),

As famílias extremamente pobres, com renda per capita mensal de até R\$ 60,00, independentemente de sua composição, e as famílias consideradas pobres, com renda per capita mensal de entre R\$ 50,01 e R\$ 120,00, desde que possuam gestantes, ou nutrizes, ou crianças e adolescentes entre zero a quinze anos. O primeiro grupo de famílias recebe um benefício fixo no valor de R\$ 50,00, podendo receber mais R\$15,00 por cada filho de até quinze anos de idade, até três filhos, totalizando o benefício mensal em até R\$95,00 por família. As famílias consideradas pobres recebem uma transferência monetária variável de até R\$ 45,00, sendo R\$15,00 mensais por cada filho de até quinze anos de idade. Ressalta-se que o Bolsa Família vem ampliando seu público alvo, incluindo o atendimento de famílias sem filhos, como o caso dos quilombolas, famílias indígenas e moradores de rua. (SILVA 2007, p.1434)

Campos (2003), ao destacar a origem do Programa, salienta que estava em estudo desde 1987, na Universidade de Brasília, e em 1995, no mandato do então governador do Distrito Federal Cristovam Buarque (1995-1999), foram implementados os programas Bolsa Escola e Poupança-Escola, sendo que este último se caracterizava da seguinte forma:

Cada família cadastrada recebia um salário mínimo mensal; em troca, deveria garantir a matrícula e a frequência de seus filhos entre 7 e 14 anos na escola. Ao final de cada ano, as

crianças aprovadas recebiam um salário mínimo, que era depositado na Poupança Escola. Ao final da 4ª e da 8ª séries, o aluno podia sacar parte dos recursos acumulados e, ao final do ensino médio, o restante (CAMPOS, 2003 p.187).

Concomitantemente a este projeto, o município de Campinas - SP, em caráter experimental, implementou um programa de transferência de renda, inicialmente com dois objetivos básicos. O primeiro deles visava ao combate direto à pobreza, para assim reduzir o ciclo intergeracional; e o segundo consistia da condicionalidade de frequência à escola e a programas de saúde, acreditando-se que assim haveria uma melhoria na qualidade de vida e na instrução dos futuros cidadãos.

A partir dos anos 2000 ampliaram-se os debates sobre a criação de programas de proteção social, com aumento dos recursos investidos e introdução dos programas de transferência de renda com condicionalidades do Governo Federal. Já nos primeiros anos do governo de Luiz Inacio Lula da Silva,

A unificação dos programas federais de transferência de renda no Bolsa Família (exceto o PETI neste momento) foi um dos primeiros passos para a racionalização da gestão dos programas contra a fome e a pobreza, o que viabilizaria sua expansão nacional. Por sua vez, a formação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em janeiro de 2004, criou as condições organizacionais para a integração ou articulação entre os diferentes programas assistenciais. (VAINTSMAN et al., 2009, p.736).

Originando-se nestas iniciativas, a Lei 10.836, de 2004, instituiu o Programa Bolsa Família como uma ação unificada de distribuição de renda. Sobre este assunto, Kerstnetzky (2009, p.73) evidencia que o complemento de renda representado pelos benefícios é essencial para o alívio das várias privações, das quais a mais crítica é a subnutrição infantil, sobretudo porque pode atingir as capacidades intelectuais da criança, apresentando-se, ao longo do ciclo da vida, como baixo desempenho escolar e baixa capacidade para o exercício de muitas outras potencialidades humanas.

Com uma maior cobertura e maiores investimentos, o programa Bolsa Família tornou-se o "carro chefe" da política de proteção social do Governo Lula, incluindo a população mais pobre e vulnerável ao sistema de proteção e ao mercado de consumo popular e acirrando o debate público (principalmente pela imprensa e partidos conservadores) sobre o caráter assistencialista e eleitoreiro dessa política; mas o enfoque no combate à pobreza e inclusão dos mais pobres em uma política de proteção social, de certo modo, de acordo com Vaintsman et al. (2009), deixou em segundo plano as disputas ideológicas envolvendo "focalização versus universalismo" dando espaço para a ampliação e sucesso do programa governamental. É necessário acrescentar, de acordo com os pesquisadores, que a atuação de órgãos multilaterais, principalmente a do Banco Mundial, teve influência tanto no financiamento como na difusão de experiências em eventos internacionais sobre as políticas adotadas.

Sobre o impacto dessa nova política de assistência social, um de seus efeitos foi:

[...] o significado social, político e simbólico de inclusão de um amplo segmento populacional a um sistema público de assistência social por meio da criação de mecanismos de provisão de benefícios e de serviços fora dos padrões tradicionais do assistencialismo/clientelismo. Não se trata apenas de acesso ao consumo via transferência de renda, mas da criação de bases institucionais e organizacionais para a incorporação dos segmentos sociais mais pobres e vulneráveis a um sistema de proteção, em que benefício assistencial não significa assistencialismo, mas direito. Ainda que as relações particularistas permaneçam um fenômeno longe de ter desaparecido da esfera pública, sobretudo na área da assistência social, a construção do SUAS e a institucionalização do Programa Bolsa Família como meio de segurança de renda criaram um campo de ação universalista para a área da proteção social (VAINTSMAN, 2009, p. 739).

Em relação ao acesso à escola, os estudos são quantitativos e poucas são as reflexões e discussões teóricas que contribuem para uma compreensão ampla do assunto. Com relação às populações indígenas os estudos são ainda mais raros. A revisão bibliográfica<sup>5</sup> não identificou trabalhos sobre a temática do Programa Bolsa Família entre indígenas no Estado do Paraná. Encontrou-se um estudo sobre os Terena no Mato Grosso do Sul, de Fávoro et al. (2007), no qual os autores destacam o grande auxílio do Programa para os índios aldeados na TI de Buriti - MS, principalmente no que tange à alimentação, fato muito similar e até certa medida genérico em relação a populações não indígenas, mas não necessariamente idêntico. Diante da condicionalidade imposta, os autores destacam o impacto inicial na educação em confluência com as tradições indígenas.

Em Mato Grosso do Sul, ainda, foram ressaltadas as dificuldades de indígenas em cumprirem as condicionalidades escolares, seja pelos problemas de chuvas que isolam as escolas das áreas onde moram, seja pelos rituais de iniciação das crianças na vida adulta [...]. Em entrevistas semi-estruturadas com gestores, foram expressas dificuldades nas questões referentes ao acompanhamento do cumprimento das condicionalidades, como nos municípios de Mato Grosso do Sul, com famílias que migram (nômades). Essa dificuldade revela o problema da intensa mobilidade espacial das famílias de baixa renda (BRASIL, 2008, p.192).

No Paraná, conforme a situação apresentada nesse texto, as populações indígenas vivenciam inúmeras dificuldades. Entre os Kaingang, um dos problemas são as

5 O LEVANTAMENTO FOI REALIZADO NOS PERIÓDICOS INDEXADOS À BASE DE DADOS DO PORTAL WEBQUALIS, DISPONÍVEL NO ENDEREÇO VIRTUAL <[HTTP://QUALIS.CAPES.GOV.BR/WEBQUALIS/CONSULTA/PERIODICOS](http://QUALIS.CAPES.GOV.BR/WEBQUALIS/CONSULTA/PERIODICOS)>. OS DADOS RETORNADOS FORAM ORGANIZADOS E SISTEMATIZADOS UM BANCO DE DADOS QUE COMPÕE O ATUAL ACERVO DO LAEE.

grandes distâncias percorridas pelas famílias em busca da matéria prima e, posteriormente na viagem aos municípios maiores, para sua comercialização acarretando longos períodos de ausência que levava a muitas faltas na escola. Não obstante, a pesquisa evidenciou que, embora a situação permaneça – pois, como o artesanato é uma das principais fontes de renda das famílias e a matéria-prima (*Bambusa vulgaris*) está cada vez mais difícil de ser encontrada no entorno, as famílias se ausentam da TI em busca do produto – porém, a condicionalidade do Programa tem proporcionado maior conscientização das mães e busca de novas estratégias para conciliar o trabalho no artesanato e a permanência das crianças na escola indígena. Outras questões que interferem na condicionalidade da permanência das crianças na escola indígena são as saídas da família em busca de alguma atividade remunerada nas cidades, os conflitos internos das facções, as expulsões, a falta de terra para as roças familiares e de insumos (sementes, ferramentas) e insentivos para que todos possam trabalhar na própria TI, a desestruturação familiar e o alcoolismo. Estes são alguns dos problemas identificados que podem interferir diretamente nas condicionalidades para participação das famílias indígenas na política de transferência de renda proposta pelo Programa Bolsa Família no Paraná.

A situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar das populações indígenas contribui para que 86% das famílias indígenas cadastradas no sistema de Cadastro Único (CadÚnico) seja beneficiada com o Bolsa Família, segundo dados apresentados por Carvalho et al. (2008):

Cumprir destacar que o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal se constitui em instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar as famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo. Nesse sentido, a inserção de famílias na base nacional não significa, necessariamente, sua inclusão no PBF, uma vez que o programa beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal *per capita* de R\$ 60,01 a 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal *per capita* de até R\$ 60,00). Em média, cerca de 86% das famílias indígenas cadastradas recebem o benefício do PBF, significando que um alto percentual atende aos critérios de pobreza e extrema pobreza acima mencionados. O valor médio do benefício pago a essas famílias é de cerca de R\$ 87,42 (oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos) mensais, valor considerado alto se comparado à média nacional de R\$ 75,38 (setenta e cinco reais e trinta e oito centavos) (CARVALHO et al., 2008, p. 61, grifos nossos).

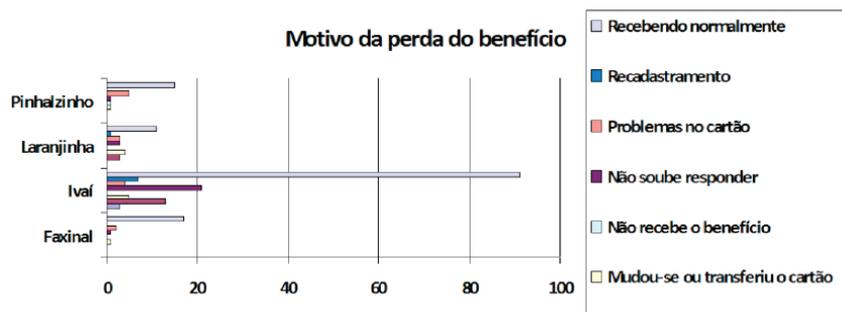
---

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO ESCOLAR EM COMUNIDADES INDÍGENAS KAINGANG E GUARANI NO PARANÁ

Apresentando dados de 2008, Carvalho et al. (2008, p. 62) apontam que o total de famílias indígenas cadastradas no CadÚnico e no Bolsa Família no Brasil é de 62.178, as famílias que são efetivamente beneficiárias são em número de 53.513 e o valor em reais que é repassado a estas famílias é R\$ 4.678.163,00. Sobre o estado do Paraná os autores mostram que existiam, até aquele momento, 2.479 famílias indígenas cadastradas, das quais 1.875 eram beneficiárias do Programa, sendo o valor em reais repassado de R\$ 162.218,00.

O gráfico abaixo revela que, nas quatro TIs pesquisadas, a grande maioria dos beneficiários recebe o recurso regularmente. Isto pode estar relacionado ao fato de o Programa garantir uma renda mínima e assim ter possibilitado uma nova organização das atividades de trabalho no artesanato. Na TI Ivaí identificou-se que mesmo antes do Bolsa Família existia uma organização de mães Kaingang do mesmo grupo familiar em um sistema semelhante ao mutirão, para a produção do artesanato (FAUSTINO 2006), porém, atualmente, algumas mulheres têm se reunido em grupos de quinze ou vinte, sendo que umas ficam responsáveis pela busca da matéria-prima, outras pela confecção e outras pela venda do artesanato, o que acarreta menos tempo de ausência à escola dos filhos, os quais as acompanham. Se este sistema pode parecer muito simples para os não índios, é muito complexo em um grupo de mulheres Kaingang do Ivaí e demandou muito empenho pois exige profundas mudanças na organização sociocultural nativa no que se refere à forma de trabalho, divisão e apropriação de seus resultados.

Tem sido cumprida a condicionalidade de frequência escolar, uma vez que o registro da presença nas escolas é feito diariamente pelos professores e acompanhado pela equipe pedagógica, pela direção escolar, pelos caciques das TIs, pelos técnicos da FUNAI, pelos Núcleos Regionais de Educação e Secretaria de Estado da Educação.



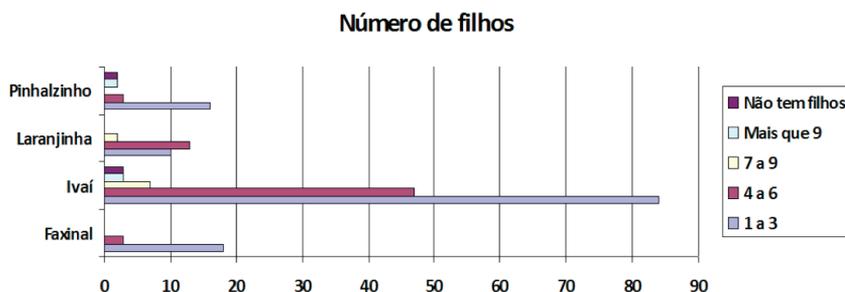
Fonte: BANCO DE DADOS SISTEMATIZADO A PARTIR DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA DE CAMPO (2011).

Como um dos objetivos, a pesquisa focalizou também a disseminação das políticas públicas no interior das TIs. Nas duas TIs Kaingang predominam o uso da língua kaingang e a organização sociocultural tradicional nativa (TOMMASINO, 1995; FERNANDES, 2003; MOTA, 2009; FAUSTINO, 2006), ao nível de exclusão (MOTA et al., 2003), e grande parte da população adulta tem baixo índice de escolaridade (FAUSTINO, 2011), o que dificulta a compreensão e acesso a informações. Nesse sentido, os técnicos da FUNAI e as direções das escolas têm feito um trabalho junto às lideranças e famílias para melhor acesso das comunidades ao Programa Bolsa Família.

A pesquisa evidenciou que 38 famílias Kaingang não souberam responder a origem de seu benefício. Para conseguirem a documentação e o cadastramento contaram com o apoio de assistentes sociais e para matricularem e manterem as crianças na escola tiveram a ajuda de professores, da equipe pedagógica, da direção e das lideranças. Na TI Faxinal, onde ainda existe o escritório da FUNAI, o trabalho da

instituição contribui para a disseminação do Programa no interior da comunidade, a providência de documentos e o encaminhamento de famílias a serem atendidas pela assistência social.

Em relação ao número de dependentes, a pesquisa contou com os registros das escolas e da unidade de saúde e de informações provenientes de famílias que responderam ao questionário, chegando aos seguintes resultados:



FORNTE: BANCO DE DADOS SISTEMATIZADO A PARTIR DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA DE CAMPO (2011).

Na análise sobre os produtos adquiridos com a renda do Programa Bolsa Família, destacamos que na cidade de Manoel Ribas - PR os comerciantes financiam o deslocamento dos indígenas da aldeia para a cidade para realizar suas compras nos mercados, o que acarreta certa dependência; porém, pela distância e dificuldades de acesso a outros centros urbanos, aos Kaingang não restam alternativas. Observou-se, durante as pesquisas de campo, que o percurso (cerca de 10 km) é realizado mais de 17 vezes ao longo do dia em períodos do recebimento do benefício. Esse transporte é feito por caminhões de porte médio, modelo F-2000, que transporta os indígenas na carroceria. Os caminhões saem dos mercados com destino à aldeia, e lá chegando, o transporte é organizado por um indígena (contratado pelos comerciantes), que também tem a incumbência de traduzir as informações para os Kaingang sobre a organização para compra e entrega da mercadoria. Ao chegar à cidade, muitos vão para estabelecimentos como farmácias e lojas de confecções, mas a grande maioria adquire gêneros alimentícios nos mercados que financiam o transporte.

Na TI Faxinal o transporte também é realizado por um caminhão, mas este é de propriedade da comunidade, adquirido em um projeto realizado pelo LAEE/UEM, com verbas do Programa Fome Zero em 2007, e faz o percurso cidade-aldeia no máximo duas vezes ao dia.

Quanto ao uso do recurso do Bolsa Família, citamos o relato de um comerciante da cidade de Manoel Ribas-PR:

[...] as compras aumentaram com o Bolsa Família, os Kaingang compram comida: arroz, feijão, dorso (carcaça do frango). Meu caminhão faz muitas viagens para a aldeia, em média umas 12 a 17 viagens, dependendo do dia; a gente acaba dando carona para muitos índios que vêm comprar. Não ligo se eles vêm para comprar no meu ou em outro mercado. [...] também compram chinelo. que atualmente é o calçado dos

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO ESCOLAR EM COMUNIDADES INDÍGENAS KAINGANG E GUARANI NO PARANÁ

índios. Agora no frio compram cobertor [...] parcelo na folha de caderno um cobertor de 60,00 a 90,00 em até 6 vezes. [...], Quando compram vem toda a família [...] antes do Bolsa Família era só o dinheiro do aposentado, daí ficava difícil para eles; mas agora tem os dois, o dinheiro dos aposentados, que nunca deixam de ajudar a família, e dos que recebem Bolsa Família.” (depoimento coletado com comerciante, dono de um supermercado em Manoel Ribas. Março de 2011 – Diário de Campo. Paulo Caldas Ribeiro Ramon, s/p.)

Os coeficientes e índices econômicos supracitados, como também o relato coletado em campo, confirmam que a situação econômica dos indígenas no Paraná é de extrema pobreza. Por exemplo, na TI Ivaí, de uma população de 1.420 pessoas apenas 2% têm renda fixa (salário de professores, de motoristas, de agentes de saúde e aposentadorias (MOTA et al., 2003). A terra é pouco produtiva e as sementes nem sempre chegam no período certo para o plantio.

Com a redução dos territórios de manejo, houve mudanças nas tradições, no trabalho e na forma das moradias. Atualmente as casas indígenas são feitas de alvenaria, financiadas por programas governamentais. Devido à falta de madeiras e sapé, raramente se vê uma casa tradicional nas Terras Indígenas no Paraná. Há também uma proibição da FUNASA em relação às construções de madeira com o argumento de que favorecem a maior proliferação de parasitos e doenças respiratórias. Além de a lenha ser escassa, nas casas de alvenaria não se pode mais fazer o fogo no interior, e assim os Kaingang vão perdendo sua forma tradicional de aquecimento e passam a necessitar de gás, agasalhos e cobertores.

Com a criação de animais domésticos (porcos, galinhas, cavalos) na Terra Indígena, sem o manejo adequado, houve a proliferação de parasitoses, o que gerou a necessidade de usarem calçados e fármacos que nem sempre estão disponíveis nas unidades de saúde. (MOTA, et al, 2003)





O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO ESCOLAR EM COMUNIDADES INDÍGENAS KAINGANG E GUARANI NO PARANÁ

Figuras 1 a 4: Indígenas trabalhando no artesanato



Figura 5. Criança indígena que tem material escolar fazendo tarefa em casa



Figura 6. Chinelos adquiridos com o recurso do Bolsa Família, deixados na porta da escola indígena.

Pesquisas realizadas nas mesmas TIs em períodos anteriores (FAUSTINO, 2006) revelaram que um dos maiores problemas da ausência de crianças à escola ocorria em períodos de inverno rigoroso, devido à falta de roupas de frio e, principalmente, à falta de calçados. Os trajetos apresentam buracos que em períodos de chuva dificultam a chegada das crianças à escola. Os pais cujos filhos andavam descalços declararam sentir vergonha diante das professoras não índias, de médicos, dentistas, enfermeiros e outros profissionais que trabalham nas TIs, bem como de autoridades como prefeito e vereadores, pois sempre eram orientados sobre a necessidade de as crianças andarem calçadas para evitar parasitos e acidentes com resíduos depositados nos trajetos. Assim justificavam que não mandavam os filhos

para a escola para não expô-los à vergonha diante dos não índios, que andam com roupas e calçados.

É importante ressaltar que durante muito tempo os Kaingang e Guarani resistiram à oferta de educação escolar, porém, ao perderem grande parte das formas tradicionais de vida - como caça, pesca, coleta, rituais etc. - aceitaram e passaram a reivindicá-la, e esta hoje se transformou em uma necessidade tanto para acessarem os conhecimentos técnicos de que necessitam e alimentação para as crianças como para buscarem novas alternativas de vida.

Os dados coletados nas escolas e unidades de saúde ajudaram a elaborar um quadro da situação da frequência escolar nas escolas das TIs Faxinal e Pinhalzinho. Com os dados possíveis de inferir, encontramos no Pinhalzinho (tabela 6), nas séries iniciais do Ensino Fundamental, uma situação de 16 alunos matriculados em 1989, enquanto a população totalizava 80 pessoas. Os dados de matrícula seguem em declínio, com evidência acentuada em 2005, quando havia apenas oito crianças matriculadas na escola da comunidade; mas um novo crescimento do número de matriculados vem se mostrando a partir de 2007. Grande parte dos acontecimentos que levaram à diminuição do número de escolares na década de 1990 deveu-se tanto à transferência para as escolas da cidade (utilizando o mesmo transporte destinado aos jovens do Ensino Médio), pelo descrédito na qualidade da escola indígena, quanto a mudanças das famílias para outras TIs motivadas por conflitos políticos internos.

**Tabela 4 - Número de alunos matriculados e população na TI Pinhalzinho**

ANO	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS	POPULAÇÃO
1988	DADOS NÃO DISPONÍVEIS	DADOS NÃO DISPONÍVEIS
1989	16	80
1998	11	88
2000	15	DADOS NÃO DISPONÍVEIS
2001	13	DADOS NÃO DISPONÍVEIS
2002	12	DADOS NÃO DISPONÍVEIS
2003	12	DADOS NÃO DISPONÍVEIS
2004	10	DADOS NÃO DISPONÍVEIS
2005	8	DADOS NÃO DISPONÍVEIS
2006	9	DADOS NÃO DISPONÍVEIS
2007	12	DADOS NÃO DISPONÍVEIS
2008	17	DADOS NÃO DISPONÍVEIS
2010	DADOS NÃO DISPONÍVEIS	155
2011	DADOS NÃO DISPONÍVEIS	154
2012	DADOS NÃO DISPONÍVEIS	154

FONTE: DADOS COLETADOS NA ESCOLA DA TI SECRETARIA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS PR E DADOS DA FUNASA (2010) E ISA (2008).

Na tabela com os dados coletados na TI Faxinal (tabela 7), em que a administração da FUNAI era feita por técnicos comprometidos com a melhoria das condições de vida da comunidade indígena, principalmente pelo senhor Dário Moura e a senhora Tereza Schactae (por iniciativa pessoal instituíram a Pastoral da Criança, horta comunitária, sopão, etc., para ajudar na nutrição infantil), mas também pelo

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO ESCOLAR EM COMUNIDADES INDÍGENAS KAINGANG E GUARANI NO PARANÁ

cacique, que permaneceu por quinze anos no poder, acompanhando as famílias e orientando para que mandassem seus filhos para a escola, foi registrado o crescimento contínuo de matrículas nos anos de 2000, e essa relação está também para o crescimento da população.

É importante ressaltar que, apesar de atualmente o acesso à educação escolar ser uma realidade nas TIs, devido às políticas públicas de inclusão social (FAUSTINO, 2006), a escola ainda não atinge a todos, assim como os resultados obtidos por meio da educação (FAUSTINO, 2011) por si sós não garantirão sucesso no acesso a bens e serviços e na revitalização dos modos de vida tradicionais. Neste contexto, a renda mínima alcançada com o Programa Bolsa Família mostrou-se de suma relevância para a melhoria das condições de vida dos indígenas no Paraná.

**Tabela 5 - Número de alunos matriculados e população na TI Faxinal**

ANO	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS	POPULAÇÃO
2002	64	DADOS NÃO COLETADOS.
2005	106	442
2008	190	511
2010	214	576
2011	213	576

FONTE: DADOS COLETADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS-PR E DADOS DA FUNASA (2010).

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Procurou-se neste trabalho evidenciar que, em períodos anteriores à expropriação das TIs, os Kaingang e Guarani, assim como as demais etnias existentes no Brasil, tinham nas suas organizações socioculturais a garantia da sobrevivência com abundância de alimentos e saúde, sem dependência. Tais organizações se alteraram drasticamente com a colonização exploratória e a venda de suas terras, pela destruição do meio ambiente, poluição dos rios e do solo e redução dos territórios tradicionais, passando os indígenas a viver, em grande parte, na dependência do Poder Público.

As atuais políticas públicas, como o Programa Bolsa Família, embora não os tenham tirado da dependência, têm possibilitado o acesso aos gêneros de primeiras necessidades, como alimentos, e uma maior permanência e aprendizagem das crianças na escola, pois 77,27% delas, como se evidenciou na TI Faxinal, e 63,89, como se observou na TI Ivaí, cumprem a condicionalidade da frequência escolar e

por isso continuam a receber o benefício. Esses dados demonstram diminuição da ausência escolar de crianças que acompanhavam os pais na coleta de matérias-primas, na confecção e venda de artesanato por longos períodos no ano.

Esta política federal, associada a outras iniciativas estaduais e municipais - como a merenda escolar, a casa da família indígena, o leite das crianças, o material escolar, a formação de professores indígenas em magistério específico, a reforma e ampliação das escolas, a elaboração de materiais didáticos diferenciados e outras -, embora lentamente, tem proporcionado a estas populações um melhor acesso a bens e serviços como educação e saúde.

Pôde-se também evidenciar algumas relações contidas no próprio interesse do comércio das cidades do entorno em valorizar mais a presença indígena na cidade, uma vez que esta representa incremento nas vendas. Em pesquisas anteriores (FAUSTINO, 2006) ficou demonstrado que os indígenas perambulavam pelas cidades vendendo ou trocando seu artesanato por alimentos, com pouquíssimas possibilidades de adquirir roupas e calçados, tendo os grupos de viver de doações e auxílios particulares raros devido o baixo IDH dos municípios do entorno.

O acesso a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes e adequadas à cultura alimentar, ainda é um obstáculo a ser ultrapassado por essa população. É importante lembrar que o significado da produção de alimentos na cultura dos Terena, conforme demonstra o estudo apresentado, vai além da manutenção do corpo e faz parte do modo de ser Terena (FÁVARO et al. 2003). Nesse sentido, a garantia da terra, tantas vezes reivindicada pelas lideranças, bem como ações de inclusão e a participação comunitária, devem ser priorizadas a fim de que possam promover a segurança alimentar e nutricional com maior autonomia aos grupos étnicos.

Consideramos serem necessários estudos das questões sócio-históricas, econômicas, linguísticas e culturais de cada grupo indígena para que possamos ter uma melhor compreensão sobre o papel da escola e o pleno acesso a ela para as comunidades em um momento em que não podem mais praticar, na totalidade, suas formas de vida tradicionais.

Em relação aos Kaingang e Guarani no Paraná, destacamos a importância de as pesquisas levarem em consideração o papel das lideranças e das instituições sociais que com elas interagem, como a Funai, a Funasa, as prefeituras municipais, as Secretarias de Estado, a SEED - que é encarregada da gestão da educação escolar nas TIs - e as universidades, quando atuam na captação de recursos para pesquisa e/ou intervenções sociais, pois ações coordenadas resultam em conquistas mais duradouras para as comunidades.

## REFERÊNCIAS

---

ALMEIDA, Arilza Nazareth de. **A categoria "parente" entre os Guarani de Laranjinha**. Perspectiva Universitária. Rio de Janeiro, Fundação MUDES, v. 8, n. 150-152, 1981.

ALMEIDA, R. T. D.; MURA, F. Guarani Kaiowa e Nandeva - Enciclopédia dos Povos Indígenas. **ISA - Instituto Socioambiental**, Outubro 2003. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-nandeva>>. Acesso em: 18 Fevereiro 2011.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BAER & MALONEY, Neoliberal na América Latina, **Revista de Economia Política** vol.17, nº3 (67) julho-setembro/1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 8080**, Brasília, 1990. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>>. Acesso em: 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Os indígenas no Censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro 2011

CARVALHO, O. M. B. de; BARBOSA, T. V.; BOCK, R. B. Ampliação do acesso de famílias indígenas ao Cadastro Único e ao Programa Bolsa Família. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate: Povos Indígenas, um registro das ações de desenvolvimento social**. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

CIMI. **Violencia contra os povos indígenas no Brasil**. Relatório 2006/2007. Brasília 2008. disponível em [cimi.org.br](http://cimi.org.br)

FAUSTINO, R.C. **Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

FAUSTINO, R.C. Aprendizagem escolar entre indígenas Kaingang no Paraná: questões sobre linguagem, alfabetização e letramento. **Praxis Educativa**. Ponta Grossa, v.5, n.2, jul./dez., 2010, p. 213-219

FAUSTINO, R.C; NOVAK, M.S.J. **Alfabetização, cultura e educação de jovens e adultos: uma experiencia entre índios Kaingang no Paraná**. EDUEM, 2011

FERNANDES, J. L. (1941). Os Caingangues de Palmas. **Arquivos do Museu Paranaense**. Curitiba , vol. I, p. 161-229.

FUNASA. Fundação Nacional de Saude. **FUNASA**, 2011. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br>>. Acesso em: Fevereiro 2011.

FÁVARO, T. et al. Segurança alimentar em famílias indígenas Teréna, **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(4):785-793, abril. 2007.

IBGE . Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Tendências Demográficas: uma Análise dos Indígenas**. 2005. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Dados 2010 e 2006** <http://www.ibge.gov.br/home/>

ISA. Instituto Socio Ambiental. **Povos Indígenas no Brasil**, 2008. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt>>. Acesso em: 2011.

KERSTNETZKY, C. L. Redistribuição e Desenvolvimento? A economia Política do Programa Bolsa Família, *Revista de Ciências Sociais*, Vol. 52 pp.53 a 83, 2009.

MATHIS, A. A.; NASCIMENTO, M. A. C.; GOMES, V. L. B. Programa de renda mínima e o debate sobre necessidades na tradição marxista. **SER Social**, v.12, n.27, p.8-32, ju

MOTA, L.T. et al (2003) . **Diagnóstico etno-ambiental da Terra Indígena Ivaí - PR**. Relatório. Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações. Maringá/UEM/LAAE, 2003.

MOTA, L. T. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2ª. ed. Maringá: Eduem, 2009.

MOTA, L. T.; ASSIS, V. S. D. **Populações Indígenas no Brasil**: histórias, culturas e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2008.

MOTA, L. T.; NOVAK, É. D. S. **Os Kaingagn do vale do rio Ivaí**: história e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2008.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOVAK, Eder da Silva. As Terras Indígenas Ivaí, Faxinal, Queimadas e Mococa no Paraná: breve histórico da demarcação. In: FAUSTINO, Rosângela Célia; NOVAK, Maria Simone Jacomini (Org.). **Alfabetização, cultura e Educação de Jovens e Adultos**: uma experiência entre índios Kaingang no Paraná. Maringá: Eduem, 2010, p.12-28

SILVA, M. O. S., O Bolsa Família: Problematizando Questões Centrais na política de transferência de renda no Brasil, *Ciência & Saúde Coletiva*, 12 (6): p.1429-1439, 2007.

SILVA, M. O. da S. e. **Os programas de transferência de renda enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil**: possibilidades e limites. Anais do 32nd International Conference on Social Welfare, Brasília, 16 a 20 de julho de 2006.

SILVA, M. O. da S. e. A trajetória dos programas de transferência de renda e seus desafios atuais: articulação com políticas estruturantes e unificação. **Pensar BH/Política Social**. Abril/Junho de 2006.

SILVA, M. O. da S. e; YAZBEK, M. C.; GUOVANNI, G. di. Os programas de transferência de renda: um balanço crítico da experiência brasileira. **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. 2007

TOMMASINO, K. A história dos Kaingang da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em movimento. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

TOMMASINO, K.; FERNANDES, R. C. Kaingang. **Instituto Socioambiental**. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang>>. Acesso em: 28 Novembro 2011.

VAINTSMAN, J.; ANDRADE, G. R. de; FARIAS, L. O. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 14, v. 3, p. 731-741,